

MODERNIZAÇÕES, O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS DE SUAS FEIÇÕES GEOGRÁFICAS DO MEIO TÉCNICO- CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

*MODERNIZATIONS, THE GLOBALIZATION PERIOD AND SOME OF GEOGRAPHICAL
FEATURES ENVIRONMENT TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL*

Santiago Andrade Vasconcelos¹

Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Resumo

Cada época compreende um conjunto de características peculiares que a diferencia das outras. Se não fosse assim, não teríamos propriamente um arranjo de características com possibilidades capazes de agrupá-las no que se pode configurar e delimitar como período histórico. Visa-se, portanto, compreender as modernizações do período da globalização e algumas de suas feições geográficas. O empreendimento deste ensaio busca também chamar atenção para uma interpretação da realidade que use conceitos casados com o tempo atual, ou seja, com a realidade empírica presidida por sistemas de objetos e por sistemas de ações do tempo presente. As modernizações da atualidade são expressas em diferentes dimensões, quais sejam: sociais, econômicas, políticas, técnico-científicas, culturais etc. Seguindo o encaminhamento metodológico do pensamento miltoniano, a interpretação geográfica da atualidade dar-se levando em conta as mudanças que se expressam com mais relevo em feições técnicas, científicas e informacionais que configuram o meio técnico-científico-informacional, a face geográfica da globalização.

Palavras-chave: Modernizações. Período da Globalização. Meio Técnico-Científico-Informacional.

Abstract

Each season includes a number of unique features that differentiate it from other. If it were not so, we would not exactly an array of features with possibilities able to group them as it can set up and define as a historical period. The aim is therefore to understand the modernization of the globalization period and some of its geographical features. The development of this paper also seeks to draw attention to an interpretation of reality that use married concepts with the current time, i.e., the empirical reality chaired by systems of objects and actions of the present time systems. The modernizations of today are expressed in different dimensions, namely: social, economic, political, scientific and technical, cultural etc. Following the methodological routing of “miltoniano” thought, the present geographical interpretation to be taking into account changes that are expressed with more emphasis on technical features, scientific and informational that form the technical-scientific-informational milieu, the geographic face of globalization.

Keywords: Modernizations. Period of Globalization. Technical-Scientific-Informational environment.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e professor adjunto da Unidade Acadêmica de Geografia, Campus Cajazeiras da UFCG. Líder do Lauter – Laboratório de Análise do Uso do Território. E-mail: santiagovasconcelos@yahoo.com.br

1. Introdução

Cada época guarda suas características peculiares que o diferencia das demais. Se não fosse assim, não teríamos propriamente um conjunto de características com possibilidades capazes de agrupá-las no que se pode configurar como período. Isso significa dizer que o período reúne os dados explicativos de sua existência a partir das coisas e ideias que o formam. Contudo, um período não surge do nada, não se gesta por si próprio ou de si mesmo. Ele é o conjunto de sucessões dos períodos anteriores que gradativamente caducam à medida que modernizações vão surgindo, se espraiando, ganhando densidade e transitando para formar um novo período. As modernizações por meio dos eventos são o veículo do novo (período) em seu processo de difusão, reprodução e materialização no território e nas ações da sociedade. As modernizações que representam o novo não se fazem desprezando as heranças deixadas por modernizações anteriores. Elas são fruto do ato constante da própria modernização se fazendo enquanto novo passado-presente. É oportuno dizer que “objetos, ações e normas constituem eventos (ora em incessante movimento, ora cristalizados), e esses eventos ocorrem no tempo e no espaço” (GÓMEZ LENDE, 2006, p. 140), demarcando, portanto, um lugar preciso no uso do território e na história.

O período atual surge com a difusão de um novo conjunto de modernizações que não mais guardavam características intrínsecas com o passado-presente (anterior a Segunda Guerra Mundial), resultando assim, em um período novo que começou a ganhar forma e se estender espacialmente, resultando no período hoje vigente: a globalização.

Empreender análise do uso do território na atualidade requer entender as lógicas, as normas, as intencionalidades e as tendências que presidem as ações no período atual. Este, enquanto totalidade em processo de totalização guarda novas feições sociogeográficas que requerem interpretações à luz de conceitos esposados com nosso tempo, com a realidade empírica. Daí a necessidade do presente ensaio que objetiva compreender as modernizações do período da globalização e suas feições geográficas.

O que chamamos de período da globalização, com suas modernizações, ganhou *status* de período graças ao conjunto de mudanças que ocorreram no mundo: sociais, econômicas, políticas, técnico-científicas, culturais etc. No que diz respeito especificamente à geografia, as mudanças se expressam com mais relevo em feições técnicas, científicas e informacionais que, para Santos (2002, p. 239), configuram o meio técnico-científico-informacional, o rosto geográfico da globalização. Assim, o encaminhamento metodológico segue a linha de pensamento miltoniana, ou seja, do geógrafo Milton Santos.

2. Modernizações numa perspectiva geográfica

Tratar de modernizações e de periodização na perspectiva da Geografia implica olharmos pelas lentes do seu objeto de estudo: o espaço. Período e modernizações podem ser encarados sob diversas perspectivas, portanto, cabe a cada qual, de acordo com seus interesses, fazer as escolhas demandadas por sua área do saber.

Falar em modernizações numa perspectiva geográfica corresponde, conforme Gómez Lende (2006, p. 143), rechaçar as conceituações associadas às noções de “era moderna”, ou que sugerem somente a ocidentalização ou a difusão de um padrão cultural de civilização. Para esse autor, “a modernização é um processo graças ao qual cada país (a formação socioespacial) incorpora diferencial e seletivamente os dados centrais de um período histórico” (GÓMEZ LENDE, 2006, p. 143).

Nessa perspectiva geográfica, Elias (2002) extrai do pensamento de Milton Santos algumas ideias sobre modernizações e período, quais sejam:

Por modernização entende-se a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Considerando que cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema, sugere que devemos realizar uma divisão do tempo em períodos para reconhecer a existência da sucessão de modernizações, que seria a própria história das modernizações.

Assim, o “conjunto coerente de elementos” constitui e caracteriza o período que expressa às modernizações. Do ponto de vista geográfico, as modernizações efetuam-se por intermédio de sistemas de ações e se manifestarão em sistemas de objetos, indissociavelmente, ou seja, o espaço será uma espécie de síntese. A síntese será dada por elementos e ações do passado mais o que é novo. Aliás, as modernizações que traduzem o novo período não ignoram as heranças socioespaciais, mas o novo período se faz com elas, a partir delas; elas exercem, de certa forma, um poder coercitivo sobre o novo, e o novo não ignora o passado, pois, como bem aponta Ortega y Gasset (2007, p. 19), o passado não é para ser negado e sim integrado, e é justamente isso que ocorre com as modernizações que ganham existência no espaço. Posto de outra maneira: “em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro” (SANTOS, 2008a, p. 68).

As modernidades enquanto tempo-presente característico do período, expressam “contexto e conjuntura” (SOJA, 1993, p. 34). São justamente esses contextos e conjunturas que marcam as épocas, que demarcam períodos e diferenciam os lugares. Conforme o autor

supracitado, a modernidade “pode ser entendida como a especificidade de se estar vivo, no mundo, num momento e lugar particulares; como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade”. Sendo assim, prossegue: “[...] a experiência da modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, que reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser” (SOJA, 1993, p. 34). Essas dimensões se derivam em três ordens empíricas correlatas, indissociáveis e simultâneas assim descritas:

A **ordem espacial** da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo. Similarmente, a **ordem temporal** se concretiza na construção da história, simultaneamente cerceada e cerceadora, numa dialética evolutiva [...]. Para completar a tríade existencial necessária, a **ordem social** do ser-no-mundo pode ser vista como algo que gira em torno da constituição da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais (SOJA, 1993, p. 35, grifos nosso).

Essas três ordens da existência tratadas por E. Soja (1993), são frutos e concomitantemente, a personificação de cada período, pois essas três ordens também encarnam as modernizações que as caracterizam em cada momento do mundo. Então, essas modernizações seriam “um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas”, o que representa, acrescenta Soja, “uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção” (SOJA, 1993, p. 37).

As modernizações mais recentes da história da humanidade têm como principais motores-propulsores a emergência e o desenrolar do modo capitalista de produção que inexoravelmente afeta e se faz ao mesmo tempo com as três ordens da existência (espacial, temporal e social). Assim, o capitalismo constitui-se como a grande energia que move mais rapidamente a contínua busca por novas modernidades que rapidamente se defasam requerendo ciclos inovadores contínuos e com ritmos mais rápidos de novas modernizações sucessivas “que forma e desmancham períodos” (SANTOS, 2008a. p. 68). Portanto, geograficamente é relevante buscar entender as modernidades no território, dadas sobre a forma de objetos e ações (SILVEIRA, 1999, p. 22).

A evolução do modo de fazer/viver o espaço-tempo é a construção/sucessão dos meios geográficos nos territórios. Cada meio geográfico é o resultado dos usos das técnicas intermediado por relações sociais de produção. Assim, ao dividir a evolução do modo de fazer/viver tendo como parâmetro e síntese, as técnicas, é possível realizar uma periodização

geográfica, identificando seus meios, ou seja, períodos que revelam a sucessão exponencial de artificialização da natureza. Por conseguinte, “cada período vê nascer uma nova geração de técnicas que o caracteriza” (SANTOS, 2002, p. 192).

Realizar uma periodização geográfica levando em conta o processo de artificialização dos meios, tendo as técnicas como síntese, foi uma tarefa perseguida durante quase toda a vida de Milton Santos. Em sua obra “*A natureza do Espaço*”, esse autor aprofunda a sua ideia de periodização mostrando como ocorre a sucessão dos meios geográficos. Para ele, teríamos então, o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (2002, p. 233-259).

O meio natural seria o anterior a invenção e uso da máquina. Trata-se de um meio sem grandes transformações em que “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2002, p. 235). Os sistemas técnicos, que eram locais, não tinham existência autônoma, mas uma simbiose com a natureza que determinava ritmos e usos territoriais, isto é, “a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (SANTOS, 2002, p. 236).

O meio técnico tem a invenção e uso da máquina como marco inicial diferenciador do anterior. Nesse estágio, o espaço é mecanizado, tendo como constituinte os objetos culturais e técnicos. Os objetos técnicos maquímicos têm sua própria razão baseada na lógica instrumental que desafia as lógicas naturais. Rompem-se as distâncias, estendem-se próteses no território para possibilitar os deslocamentos e impõem-se um tempo social aos tempos naturais. A energia imperativa para a presença de sistemas técnicos eficazes é a do comércio e não mais a da natureza com seus ciclos e a simples busca pelas condições de sobrevivência e reprodução biológica humana. Entretanto, esse ainda é um sistema que foi se instalando pontualmente em poucos países e regiões, e, mesmo onde ele se fez presente, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos (SANTOS, 2002, p. 236-238).

A medida que os resultados da Revolução Industrial avançam e seus inventos se espalham sobre parte do espaço mundial, incorporam-se novas próteses e novos usos aos territórios, normando-os conforme os desígnios das inovações técnicas e suas intencionalidades. Ao adentrar o século XX com inovações técnicas-científicas mais intensas, constroem-se as bases para ter início a efetivação no meio geográfico do presente.

O meio atual é o técnico-científico-informacional, resultado da união entre técnica e ciência sob o comando do mercado que, graças às possibilidades técnicas do período, torna-se mercado global. Esquemáticamente, pode-se admitir que o pós-Segunda Guerra Mundial seria

o marco da materialização desse meio, primeiramente nos “Países Centrais” e posteriormente a 1970 nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Esse é o período em que os objetos tendem a serem repletos de informações, ou seja, serem técnicos e informacionais. Esse meio se diferencia dos anteriores em vários aspectos, um deles é que sua lógica e funcionamento são globais e se impõem a todos os territórios, perfazendo-se num meio geográfico que tende a ser universal. Seus objetos técnicos-informacionais são difundidos mais rapidamente e sua abrangência mais generalizada. Contudo, sua efetivação ocorre de maneira seletiva nos territórios, configurando geografias particulares nos lugares (SANTOS, 2002, p. 238-241).

O período atual tem como modernidade territorial o meio técnico-científico-informacional, uma vez que, “a modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção” (SILVEIRA, 1999, p. 22). Vale ressaltar que as modernidades tecnológicas do presente passam gradativamente a caracterizar a sociedade já que “o sistema tecnológico de uma sociedade não pode ser separado, idealmente ou realmente, daquilo que essa sociedade é” (CASTORIADIS, 1987, p. 152, grifo no original). Nesse sentido, para entender a atualidade, em específico a lógica espacial das sociedades contemporâneas, é imprescindível levar em conta o papel e conteúdo das técnicas, da ciência e da informação (SANTOS, 2008b, p. 69), conteúdos esses que, entre outros, marcam o período da globalização, “alicerce explicativo do real” para entender os dias atuais (VASCONCELOS e SÁ, 2007, p. 116). Isso quer dizer que, em síntese, “cada época é definida pelas respectivas modernizações” (SILVEIRA, 1999, p. 22).

As modernizações reinantes no período atual da globalização, como são engendradas nas engrenagens da reprodução do capital, têm suas concreções materiais nos territórios de forma que reproduzem as próprias desigualdades imanentes da reprodução do capital. Sua distribuição espacial no mundo e em outras escalas segue a lógica do desenvolvimento desigual e combinado em termos espaciais e temporais. Neste sentido, “a modernização [ou modernizações], como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias e histórias bem diferentes nas diferentes formações sociais regionais” (SOJA, 1993, p. 37).

O mundo é formado por um mosaico de modernizações descompassadas temporalmente e distribuídas desigualmente nos territórios, mas que, por força das características do período atual, em termos gerais, a tendência pressiona para alinhá-las temporalmente e melhor equacionar a distribuição, visto que, essas são exigências da própria reprodução do capital. Porém, na realidade da lógica contraditória imanente do capitalismo e do movimento do capital

nos usos diferenciados dos territórios pelo mundo, produzem descompassos temporais e desigualdades geográficas no que diz respeito à presença e às densidades das modernizações. Neste sentido, enquanto realidade objetiva, assistimos a expressão espaço-temporais que ontologicamente são passíveis de divisões regionais, essas que podem mudar de acordo com as variáveis eleitas epistemologicamente. As densidades das variáveis-chaves de cada período presentes no território podem ser uma escolha de método a ser seguida.

Por fim, pode-se afunilar a compreensão sobre as modernidades numa perspectiva espaço-tempo da seguinte maneira: A modernidade é um modo de ser da totalidade e o período é uma manifestação existencial ou corpórea do tempo, enquanto meio e região constituem a objetivação, no primeiro caso, e a individualização, no segundo, das possibilidades e existências concretas do processo de modernização (GÓMEZ LENDE, 2006, p. 148).

Assim, a totalidade em movimento com suas modernizações sendo objetivadas e individualizadas resulta em geografias múltiplas, porém, participantes do mesmo processo da totalidade em sua totalização. É nesse sentido que o período da globalização se apresenta com diferentes feições espaciais.

3. O período da globalização e algumas de suas feições geográficas

A globalização em curso, inegavelmente vem ocasionando diversas transformações socioespaciais pelo mundo. Como bem diz Costa (2008, p. 11), “concordemos ou não, gostemos ou não, a globalização é um fato cotidiano que permeia nossa realidade [...], é um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo”. Para Santos e Arroyo (1997, p. 57), “o global, a globalização são [...] expressões que logram sintetizar o processo de mudanças que o período atual contém”. Sem se preocupar em delimitar marco no tempo cronológico do surgimento do processo de globalização, mas indicar quando as suas mudanças passaram a ser expressivas, teríamos que “a partir dos anos 1970, observa-se um fenômeno de globalização intenso. Isto se expressa através das trocas de diferentes tipos: informações, capitais, bens e serviços, mas também pelo deslocamento de pessoas. Os fluxos são mundiais” (BENKO e PECQUEUR, 2001. p. 33). Do ponto de vista econômico “quando se fala em globalização, está-se querendo ressaltar a maturidade de uma tendência antiga, que vai superpondo à internacionalização do capital e dos fluxos mercantis, a internacionalização produtiva e, especialmente, a financeira” (ARAÚJO, 1999, p. 9).

A globalização vista enquanto processo tem mostrado que a medida que se aproxima dos dias atuais, sua manifestação real tem aparecido em forma de crises de toda sorte, com

tendências intensificadoras e de ciclos mais curtos e abrangentes. Por isso, umas das características do período atual é a profunda crise estrutural do capitalismo, implicando em graus diversos de consequências nas diferentes regiões do Planeta, mas não deixando nenhuma de fora, devido à crise ser sistêmica e global. Para Mészáros (2007, p. 55, grifos do autor) “vivemos uma época de crise histórica sem precedentes, cuja severidade pode ser dimensionada pelo fato de que não estamos enfrentando uma crise cíclica mais ou menos ampla do **capitalismo**, tal como experimentamos no passado, mas a crise estrutural cada vez mais profunda do próprio **sistema do capital**”. Essa crise é diferente das outras, pois, pela primeira vez na história, afeta praticamente a totalidade da humanidade num único processo. Estamos vivendo, ao mesmo tempo, um período e uma crise global (MÉSZÁROS, 2007, p. 55; SANTOS, 2001, p. 33-36).

O período-crise atual conseguiu abrangência e difusão tão rápida graças aos avanços e ao grau de interdependência atingindo pela ciência e pela técnica que, enquanto realidade empírica, tornaram o mundo um só sistema, o “sistema-mundo”, ou seja, a fase histórica atual entendida como globalização. Segundo Milton Santos a época atual é diferente das anteriores, pois o “Mundo está marcado por novos signos”, quais sejam:

Multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática (SANTOS, 2008a. p. 117).

Os novos “signos” da atualidade e a afirmação do período só foram possíveis com a concretude de um novo meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, a “cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2002, p. 239). Vivemos na época da integração planetária, com a unicidade da técnica, do tempo e da mais-valia, além do conhecimento extensivo e profundo do planeta já ser uma realidade (SANTOS, 2001, p. 23-32).

Para Santos (2005, p. 145) “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a ampliação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. Daí porque a importância de entender as modernizações do tempo presente se fazendo nos usos dos territórios enquanto expressão geográfica da globalização. Contudo, como já advertido, não são todos os lugares que recebem a mesma carga técnica-científica e informacional, isto é, nem todos os territórios são usados e artificializados homogeneamente, muito pelo contrário. Se o processo de globalização tem como característica ser o mais abrangente possível, principalmente em sua faceta do mercado

e enquanto ideologia (notadamente neoliberal), por outro lado a sua materialidade enquanto constituição espacial máxima dada pela densa presença do meio técnico-científico-informacional não tem sua distribuição homogêneo, o que interfere no grau de globalização dos lugares. Contudo, vale mencionar que “a constituição e emergência do meio técnico-científico-informacional ocorrem concomitantes com o estágio supremo da globalização, pois ambos são processos indissociáveis e condicionantes um do outro” (VASCONCELOS e SÁ, 2007, p. 118). Assim, conclui-se que o meio geográfico é condicionante para o grau de globalização dos lugares.

Costa (2008, p. 62) advoga que a globalização é um fenômeno novo no modo de produção capitalista. Na sua ótica, o novo consiste que, após a internacionalização da produção e a disseminação de filiais de empresas transnacionais no centro e também na periferia do sistema, a burguesia passa a extrair mais-valia na escala mundial, explorando diretamente o conjunto do proletariado mundial. De acordo ainda com o autor, o capitalismo tornou-se maduro e um sistema completo na medida em que “ao produzir internacionalmente e internacionalizar as finanças, [...] ele amadureceu efetivamente o ciclo de reprodução do capital em escala internacional, possibilitando a constituição de um ciclo único na economia mundial e transformando-se assim num sistema mundial completo” (COSTA, 2008, p. 62). Porém, como já se advertiu, existem particularidades regionais dadas pelo meio geográfico que negam a homogeneidade de sua efetivação por igual no espaço-mundo, garantindo a persistência do desenvolvimento desigual no espaço, mas combinado enquanto parte do sistema do capital.

Enquanto tendência do tempo presente fica evidente cada vez mais que a globalização e a gradativa realidade do meio técnico-científico-informacional trazem mudanças de várias ordens, não mais restrita a poucos locais, mas mundiais. Todos os lugares, com maior ou menor grau de participação econômica e presença de densidades técnicas, são arrastados pela globalização que se difunde rapidamente e faz com que eventos apareçam nos territórios sob a forma de modernizações. Por força do novo período, transformações territoriais e relacionais entram em vigor na escala do Planeta. Resumindo, pode-se constatar que

rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenômeno chamou de "redução da arena". Graças aos avanços da biotecnologia, da química, da organização, é possível

produzir muito mais, por unidade de tempo e de superfície (SANTOS, 2002, p. 240).

No período atual, outro dado importante é a globalização financeira. A órbita das finanças hoje hegemoniza toda a dinâmica do sistema capitalista, tornando o mercado financeiro internacional no grande protagonista para o funcionamento do restante da economia. O mercado financeiro, através do capital especulativo estende suas ações especulativas sobre praticamente tudo, com grande poder de mobilidade temporal e espacial, circulando quantias financeiras bem acima da base material de produção. Assim, temos a passagem do capitalismo fordista para o capitalismo financeiro globalizado.

Assim, a globalização da produção e a globalização financeira são realidades que estão presentes na nossa vida cotidiana através de produtos, serviços etc. Costa (2008, p. 64-65), afirma que “em função da concentração e da centralização do capital, a grande maioria dos produtos que utilizamos no dia-a-dia ou das operações financeiras realizadas cotidianamente são feitas por grandes corporações transnacionais financeiras ou produtivas”.

Finanças e informação são imperativos do nosso tempo. A globalização financeira tornada realidade tem seu funcionamento assentado, sobretudo na informação, por isso ela ganha tamanha importância na atualidade. Para Santos (2002), a informação constitui-se como o motor da divisão internacional do trabalho, passando a ser segredo, instrumento de poder, e junto com o consumo, denominador comum universal. Ela passa a ser a substância de funcionamento do sistema como um todo. Aliada à revolução da informática e das redes de interligação (inforvias), bem como à disseminação dos meios de comunicação tradicionais e das novas mídias e sistemas de transmissão, a informação e suas intencionalidades portadas passam a estarem presentes em todos os lugares de interesse. Isso significa, conforme Milton Santos, que a “informação ganhou a possibilidade de fluir instantaneamente, comunicando a todos os lugares, sem nenhuma defasagem, o acontecer de cada qual”, daí sua importância, pois, “sem isso, não haveria um sistema técnico universalmente integrado, nem sistemas produtivos e financeiros transnacionais, nem informação geral mundializada, e o processo atual de globalização seria impossível” (SANTOS, 2002, p. 198-199). Milton Santos evidencia também a existência de um mercado da informação que é controlado, concentrado e manipulado em favor dos agentes hegemônicos. Hoje, a informação emerge enquanto imperativo do período, mudando o espaço-tempo, as relações entre lugares e pessoas. Assim,

a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária à escala do mundo. Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos

que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema global de relações (SANTOS, 2002, p. 203).

Seguindo o corolário da globalização, o consumo também é uma de suas marcas. Graças à grande oferta em quantidade e tipos de produtos e de serviços, junto com a necessidade de criar demandas para absorvê-los, concebe-se uma verdadeira engenharia para produzir consumidores sempre ávidos por novidades. O novo, para o atual mundo do consumo, torna-se de maneira açodada em anacrônico devido à capacidade do mercado de reinventar e inovar mais rapidamente, acelerando a solvência da vida das mercadorias. Marketing e propaganda são as engenharias que tentam sempre atender à criação de necessidades e assim tentar manter uma demanda sempre crescente. Entretanto, para assegurar a capacidade de compra é preciso que a classe consumidora tenha provimento financeiro para tanto. Daí emerge uma das maiores contradições e desafios da atualidade, considerando que a aliança da ciência com as forças produtivas atinge um estágio de desenvolvimento técnico que resulta numa enorme capacidade produtiva poupadora de mão de obra. Em consequência, por outro lado, cria-se uma massa de desempregados vítimas das novas tecnologias poupadoras de mão de obra que, por ficarem destituídos de salários, tornam-se impedidos de se inserirem efetivamente no mundo do consumo. Esse desequilíbrio e contradição do sistema, segundo Costa (2008, p. 65-67), faz com que o capital tenha suas ações limitadas, ou seja, suas forças produtivas potenciais não podem se desenvolver plenamente em função da insuficiência global da demanda, que barra o sistema produtivo.

Outra grande contradição da globalização capitalista reside na constatação de que há uma maior facilidade na mobilidade do capital, enquanto que um contingente expressivo da população mundial continua preso à sua localidade. Doreen Massey enfatiza que o tipo de globalização atual tem como uma das mais notáveis características da desigualdade: aquela entre o capital e o trabalho. Em suas palavras:

Não há mercado mundial para o trabalho como há para o capital. Enquanto que o capital – na forma de transações financeiras, investimentos, e comércio de bens – realmente têm, em épocas recentes, se movido mais livremente ao redor do mundo, e tem sido encorajado a fazê-lo sob o signo de “livre-comércio”, as pessoas não são de jeito nenhum encorajadas a mover-se. O capital pode mover-se em busca das melhores oportunidades de investimento, e quando assim o faz é elogiado por sua flexibilidade e sensibilidade. O trabalho, as pessoas que desejam vagar pelo mundo em busca de trabalho, são castigadas como “somente” migrantes econômicos. Barreiras são criadas contra elas entre as grandes áreas do mundo para que sejam mantidas em seus lugares. Obviamente a migração internacional continua, mas é reduzida, cercada e controlada. Muito diferente da exuberância com que o movimento livre do capital é festejado. Além disso, a migração internacional que permanece é claramente segregada entre os ricos, aqueles com formação, e/ou

dinheiro para investir e que podem locomover-se com relativa facilidade, e do outro lado, os pobres e sem formação, contra os quais barreiras são constantemente levantadas (MASSEY, 2007, p. 150).

O braço forte para facilitar a circulação e exploração planetária pelo capital é o Estado em sua versão neoliberal. O Estado é o grande facilitador para a efetivação da globalização neoliberal, com implicações territoriais bem nítidas em geografias desiguais. A novidade do tempo-presente advém do fato de que, conforme destaca Santos e Silveira (2003, p. 254-255), antes da globalização a participação produtiva de cada país na divisão internacional do trabalho tinha haver com relações privilegiadas estabelecidas entre Estados, portanto, limitadas a um grupo de países. Nessa relação é a instância política que se sobressaia sobre a instância econômica, sendo esta regulada pela política interna de cada país bem como a política econômica internacional. Quanto ao meio geográfico antes do período da globalização, ainda de acordo com os autores, “as localizações eram ditadas pela presença de recursos naturais, ou infraestruturas, ou sociopolíticas, quando estes apareciam como vantagens comparativas”. Assim, teríamos no estágio anterior ao neoliberalismo que “em todos os casos as normas estabelecidas pelo Estado, relativamente a tarifas, impostos, financiamentos, créditos, salários etc., acabavam tendo um papel de regulação ao qual as empresas interessadas deveriam adaptar-se” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 255).

Agora, no período da globalização neoliberal, outros imperativos ganham proeminência e o protagonismo do Estado assume outros papéis na vida econômica. No atual período “a divisão internacional do trabalho ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constituem um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 255). Na fase atual, “com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país”, o que força o Estado mudar de rumo uma vez que o novo cenário “exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 255).

De acordo com Vasconcelos e Sá (2007, p. 121) no período atual reina

“uma ordem global” que implica numa “ordem geográfica” imposta aos lugares, que devem se adequar às demandas em voga para se tornarem atrativos e acolhedores ao uso dos “agentes hegemônicos globais”. Porém, na realidade, nem todos conseguem inserção no seletivo circuito espacial dos lugares competitivos, reatando uma situação de marginalidade, dando o tom desafinado frente à pretensa harmonia orquestrada pelos que defendem a afinação perfeita da globalização, produtora de “maravilhas sonoras” induzidas aos diferentes povos nos mais diferentes lugares. Ora, na prática

temos como resultado da globalização uma fragmentação territorial, acompanhada por perversidades com implicações em diferentes sentidos e consequências nas relações sociais e na condição humana.

Ainda conforme os autores supracitados (p. 121), deve-se lembrar que “inicialmente a globalização apareceu com forte componente ideológico enquanto panaceia para os males e aflições sofridas pela maior parte da humanidade”. Ora, não se pode perder de vista que “globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação” (IANNI, 2001, p. 30). Portanto, anunciar a globalização como panaceia foi uma estratégia implementada via principalmente organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) para que a globalização neoliberal rompesse as fronteiras estatais e se instalasse no seio político dos Estados Nacionais. Assim, gradativamente muitos países foram realizando a abertura de suas economias nacionais a sanha da competitividade do mercado internacional. Mas, abrir as fronteiras nacionais não significa simplesmente operar no campo da norma fiscal, monetária e financeira. Para que possa haver interações espaciais típicas da economia e do mercado global, o que é próprio da globalização, há a necessidade de equipar o território, dotá-lo de fluidez e adequar as forças produtivas para que atendam aos cânones do período. Assim, vários Estados Nacionais aliados ao mercado promoveram ações normativas e melhoramentos ou mesmo novos sistemas de engenharia foram construídos para tornar frações territoriais capazes de se integrar ao mercado internacional globalizado. Contudo, só alguns recortes territoriais precisos foram eleitos como competitivos e receberam grande densidades técnicas, científicas e informacionais típicas do período.

Assim permanece a lógica onde aqueles espaços com maior capacidade de oferecer maior retorno da taxa de lucro são os espaços que recebem as modernizações da globalização. Geralmente esses espaços são ocupados pelas grandes firmas internacionais ou nacionais que, por força de vários mecanismos, eliminam quaisquer empecilhos às suas ações. Nesse processo, é comum o Estado ser complacente e facilitador/promovedor através de políticas “neoliberais” que incluem adequações no arcabouço normativo. O outro dos espaços da globalização, isto é, sua outra face, são espaços marginalizados, mas que fazem parte da mesma lógica global capitalista e não escapam do processo de mercantilização das relações e de exploração, apenas não são o “filé” para o grande capital, situação que pode mudar (ou não) em curto espaço de tempo, dependendo do que é do interesse da lógica do sistema do capital.

Essa contradição vista sob o ângulo propriamente geográfico se expressa espacialmente sob a forma de seletividades e marginalidades espaciais, duas faces do mesmo processo de desenvolvimento geográfico desigual e combinado, portanto, contraditório; não que isso seja

uma novidade, o que é novidade é a sua difusão intensificada em menor espaço de tempo e em todos os lugares, graças ao meio técnico-científico-informacional com realidade geográfica do período da globalização.

Com a efetivação do processo de globalização enquanto realidade, inicialmente surgiram interpretações apressadas acabando com o papel do Estado na vida econômica, decretando o fim da história, matando a existência de regiões por meio da homogeneidade. Com o passar dos anos comprovou-se que esses prognósticos não passaram de falácias de cunho ideológico em favor da globalização neoliberal. Houve uma reorientação nas políticas estatais em favor do mercado e em detrimento da população mais necessitada de bens e de serviços elementares; da mesma forma atestou-se que a história não se converteu numa mesmice sem sentido; e que a organização do espaço mundial e da economia reforça a existência do fenômeno regional por meio da heterogeneidade de como ocorre a territorialização do capitalismo.

As crises mundiais permanentes que estão marcando esses primeiros anos do presente século provam que o papel do Estado ainda é muito importante na economia e que a reprodução capitalista não se faz por meio de homogeneidades espaciais, mas sim com heterogeneidades configuradas em formas regionais e locais das mais diversas. Essas formas particulares são percebidas pelos diferentes graus de modernizações, pela densidade diferencial da presença do meio técnico-científico-informacional. As regiões ou lugares que mais se articulam a economia global o faz por meio de internalizações de modernizações territoriais que permitem a conexão do local com o global ao tempo em que permite que o global se faça presente no lugar.

Entender as modernizações do tempo presente pressupõe entender os sistemas de ações e as mediações das normas. A atual modernização territorial expressa na tecnoesfera técnica-científica-informacional tem que ser entendida junto com a psicoesfera neoliberal.

A rápida difusão das modernizações territoriais ocorreu calcadas no neoliberalismo que ampliou sua influência na escala do mundo, trazendo consigo a lógica do capital a todos os lugares e a todas as relações sociais, implicando numa dialética da razão global e da razão local ambas em uníssono com o sistema do capital.

Mesmo que a tecnoesfera apresente-se com grandes hiatos de densidades territorial, ela tende a se fazer presente em todos os lugares para que assim possa inseri-los no sistema do capital. Nos lugares em que a rarefação da tecnoesfera é maior (no caso específico da tecnoesfera produtiva), tem-se presente o mínimo que for de uma tecnoesfera de meios de comunicação que permita a psicoesfera neoliberal, para que a mesma cumpra sua função em alterar as subjetividades, naturalizando a ideologia consumista, do endividamento e do reino da mercantilização para todas as relações sociais e toda a esfera da vida.

A existência de uma tecnoesfera mínima enquanto sistema de engenharia nos territórios marginalizados é imprescindível para que assim garanta a operação da infoesfera em seu trabalho de formação da psicoesfera neoliberal.

A infoesfera é justamente a esfera da informação e da informatização típica das diferentes formas de comunicação imaterial do nosso tempo simbolizada pela rede mundial de computadores. Daí, no mundo globalizado, não só os “espaços da globalização” merecem nossa atenção, mas também seus outros, aqueles mais a margem, já que todos fazem parte de um mesmo sistema, de um mesmo movimento. Ambos, os espaços da densa globalização e aquelas de menor densidade, são indissociáveis, da mesma forma que riqueza e pobreza no sistema do capital.

4. Considerações Finais

O tempo presente é o da fluidez que serve principalmente ao capital. Os imperativos geográficos são dados pela densidade da presença do meio técnico-científico-informacional enquanto fixos territoriais essenciais para os fluxos. Sem esses imperativos a globalização era uma falácia.

Buscar compreender a ordem espacial do meio técnico-científico-informacional é tarefa dos geógrafos se se quiser realmente realizar estudos válidos para o presente. Isso significa entender a distribuição e o grau de densidade desses imperativos geográficos da globalização presentes nos territórios, sem esquecer de revelar a gama de relações sociais e normativas, as imbricações harmônicas e conflitantes dos interesses globais e locais aí presentes, as intermediações políticas etc. Mais do que nunca, é necessário entender as partes enquanto participes do mesmo movimento da totalidade em seu processo incessante de totalização.

Para interpretar a realidade geográfica em suas múltiplas manifestações territoriais, não se pode negligenciar aqueles lugares em que os imperativos técnicos-científicos e informacionais são rarefeitos. Estes, enquanto o outro dos espaços das modernizações são parte de um mesmo processo global do sistema do capital.

Na realidade atual do mundo cada vez mais fluido, registra-se um surpreendente desenvolvimento e integração entre as diversas formas de circulação, entretanto, vale salientar que não estão ao alcance de todos, mas sim, para uma pequena fração hegemônica que controla o capital. Devemos acrescentar que nem todos os lugares estão equipados com sistemas de engenharia que permitam essa circulação desenfreada e frenética, uma vez que a distribuição territorial do meio técnico-científico-informacional é desigual. Harvey (2004, p. 84) salientou

muito bem que “reduções do custo e do tempo de deslocamento no espaço têm sido um foco contínuo de inovações tecnológicas”. Ora, é notório que a construção de sistemas de engenharias destinados à fluidez material e imaterial torna o território mais fluido, diminui a fricção da distância, porém deve entrar em conta a distribuição dessas próteses territoriais, pois é fato que apenas algumas manchas espaciais apresentam densidades consideráveis de tais próteses. Muito embora, reconhece-se que equipamentos para fluidez sejam gradativamente acrescentados a todos os lugares por ser uma das características do próprio período, daí serem imperativos. A não homogeneidade territorial desses sistemas de engenharia, própria da lógica contraditória do capitalismo, trabalha para reforçar a importância da geografia, ou seja, do espaço. A construção desses sistemas de engenharia destinados a facilitar os deslocamentos que dão suporte às atividades produtivas “exerce uma força bem distinta sobre a paisagem geográfica”, sendo que esses “capitais embutidos” no espaço formam “uma estrutura de recursos geograficamente organizada que inibe cada vez mais a trajetória do desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2004, p. 87), isto é, cada vez mais o espaço exerce força coercitiva enquanto capital fixo.

O poder coercitivo do espaço se exerce e se impõe imperiosamente com a globalização. Portanto,

é nesta nova circunstância histórica que desponta uma nova dialética; uma nova contradição: se o mundo do capital tem demandado cada vez mais fluidez, flexibilidade, velocidade, trabalho desmaterializado, o virtual, este mundo talvez não requeira o espaço, mas é forçado a encará-lo como resistência, campo de força de embate social, assim como ente imprescindível aos seus investimentos em diversos setores. Afinal, para mim, é uma tremenda tautologia argumentar que o capitalismo valoriza certos espaços e passa a comandá-los nos seus processos inclusivos e exclusivos, sem se ater às suas concretudes “sócio-naturais”, sócio-geográficas (SÁ, 2005, p. 46-47).

Nessas circunstâncias, conforme Benko (2001, p. 7), o fim da geografia pregado por O'Brien não se confirma. Ao contrário, a geografia ganha mais vida e continua mais do que nunca a exercer importância no atual período da globalização. Nesse sentido, Benko (2001, p. 8) enfatiza que “o encolhimento do mundo revitaliza a geografia. Os efeitos de distância exercem uma influência considerável sobre as estruturas das relações econômicas e sociais”. Assim, não há razão para análises apressadas que pregam, de certa forma, a “morte do espaço”. É inegável o papel que a diferenciação espacial desempenha sobre as atividades de produção, de troca, de distribuição e de consumo, assim como enquanto espaço vivido, lugar da existência do acontecer solidário no mundo globalizado.

A perplexidade atual, a falta de rumo e as conclusões apressadas são fruto das próprias transformações advindas do período da globalização que, enquanto novo, se caracteriza pelas rápidas transformações por que passa o mundo e pela crise permanente instalada nesse momento de transição.

Assim, o espaço-tempo do presente, ou seja, o período da globalização e o meio técnico-científico-informacional carregam consigo um conjunto de modernizações que se impõem imperiosamente aos territórios, mas que não chegam ou se distribuem homogeneamente. Dessa forma, do ponto geográfico, as regiões expressam a heterogeneidade das modernizações que se corporificam no espaço. Cabe aos geógrafos entender essa geografia do presente, do período da globalização e do meio técnico-científico-informacional.

4. Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: Opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, v. 11, p. 9-24, 1999.
- BENKO, Gerges. A recomposição dos espaços. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande. n. 1, v. 2, p. 7-12, 2001.
- _____. PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, n. 16, v. 32, p. 31-50, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COSTA, Edimilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, n. 6, v. 124, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. Acesso em 24 de set. de 2014.
- GÓMEZ LENDE, Sebastián. Tiempo y espacio, período y región. Reflexiones teórico-metodológicas. **Geosul**. Florianópolis: UFSC, n. 21, v. 42, p. 137-161, 2006.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- IANNE, Octávio. **A era do globalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MASSEY, Doren. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis-SC, 3(5), 142-155, 2007. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 12 de jul. 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORTEGA y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

SÁ, Alcindo José de. **O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re) afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização**. Tese. (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

_____. **O Brasil encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: Uma geografia do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____; ARROYO, Mônica. Globalização, regionalização: A proposta do Mercosul. **Indústria e Globalização da Economia**. Brasília: SESI-DN, (cadernos técnicos 24). P. 57-64, 1997.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: Fapesp/Laboplan, 1999.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

VASCONCELOS, Santiago Andrade; SÁ, Alcindo José de. O período da globalização e a reafirmação das regiões. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE/DCG/NAPA, n. 24, v. 3, p. 116-137, 2007.